

FT

COLEÇÃO
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

SÉRIE Parcerias
Estratégicas
com o Brasil

José Flávio Sombra Saraiva

África parceira do Brasil atlântico:

relações internacionais do Brasil e da
África no início do século XXI



FINOTRACO



EDITORA

Belo Horizonte
2012

Todos os direitos reservados à
Fino Traço Editora Ltda.
© José Flávio Sombra Saraiva

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seu autor
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO-NA-FONTE | SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVRO, RJ

S246a

Saraiva, José Flávio Sombra

África parceira do Brasil atlântico : relações internacionais do Brasil e da África no início
do século XXI / José Flávio Sombra Saraiva. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2012.

168p. - (Relações internacionais ; 1)

ISBN 978-85-8054-039-0

1. África - Relações - Brasil. 2. Brasil - Relações exteriores - África. 3. Relações interna-
cionais. 4. Política internacional. I. Título. II. Série

11-8020.

CDD: 327.6081

CDU: 327(6:81)

28.11.11

06.12.11

031760

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Coleção **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Antônio Carlos Lessa | UnB
Henrique Altemani de Oliveira | PUC-SP

Fino Traço Editora Ltda.
Rua dos Caetés, 530 sala 1113 – Centro
Belo Horizonte. MG. Brasil
Telefax: (31) 3212 9444
www.finotracoeditora.com.br

A área de Relações Internacionais tem crescido substancialmente ao longo das últimas décadas no Brasil, traduzindo tanto a complexidade da inserção internacional do país, quanto a dinamização do debate social sobre os temas relativos à política externa e à política internacional contemporânea. A Coleção Relações Internacionais publica estudos científicos originais sobre os grandes temas da agenda internacional contemporânea, em suas múltiplas perspectivas. Os trabalhos versam sobre Política Internacional, Economia Política Internacional, Política Externa Brasileira, Direito das Relações Internacionais, Teoria das Relações Internacionais, Análise da Política Externa e História das Relações Internacionais.



Sumário

INTRODUÇÃO

África parceira e atlantismo brasileiro	13
O atlantismo brasileiro.....	14
A África parceira	16
Um Atlântico pleno de riquezas e oportunidades.....	20
A África no Atlântico mediterrâneo	23

CAPÍTULO 1

O ir e vir nas relações internacionais do Brasil com a África no século XX.....	25
A África renasce na política externa do Brasil (da Segunda Guerra Mundial ao governo Dutra)	26
A África do segundo governo Vargas a JK	28
O lançamento da política africana: PEI, descolonização e atlantismo altruísta....	35
As raízes da nova política africana e o atlantismo brasileiro.....	39
O recuo pós-golpe e o Atlântico anti-comunista.....	41
A reafirmação da política africana do Brasil: de Médici a Itamar	42
Os anos 1990 e o silêncio atlântico: A África menos parceira	48

CAPÍTULO 2

A África nas relações internacionais do século XXI	51
A África no início do século XXI: uma hipótese de elevação do status	52
O Brasil nos debates acerca da nova África	53
Renascença africana, um conceito que retorna	56
A África em busca de um lugar positivo na ordem sincrética: revendo paradigmas.....	60
Moçambique: um caso modelar da nova África	65
A África para os africanos: um conceito de emancipação.....	72

CAPÍTULO 3

Governança sincrética, crises globais e iniciativas africanas no início do século XXI	75
Depois da bonança, o ônus na governança sincrética?	76
A toxidade dos capitais e a África	78
Desafios da nova África na governança sincrética.....	80
O governo de Obama e a ofensiva chinesa na África	83
Um exemplo de iniciativa africana: a NEPAD e o contexto atlântico.....	86
À busca do desenvolvimento sustentável na África.....	91

CAPÍTULO 4

Uma década para a recuperação: a África do Brasil atlântico no início do século XXI	97
O Brasil na nova África atlântica	97
O Brasil e seu novo lugar na África parceira	102

CAPÍTULO 5

Da africanidade cultural ao atlantismo pragmático: uma comunidade de língua portuguesa na África	109
O declínio do “discurso culturalista” e a elevação do “discurso da dívida”	110
Um discurso pragmático: uma comunidade fraterna em torno da CPLP	114
Avanços e recuos da CPLP no Brasil atlântico	119

CONCLUSÃO

A África como parceria, valor e identidade	125
---	------------

Anexos	131
---------------------	------------

Relatório para o Banco Mundial e artigos jornalísticos Brasil-África	131
1. The history of Brazil-Africa relations.....	131
Five periods in the history of Brazil-Africa relations	132
Brazil and Africa: Forced immigration, trade, and slavery	133
The social, political, and cultural history of Brazil-Africa relations: slavery and beyond	134
Afro-descendants in Brazil: Cultural, social, economic, and political contributions to contemporary society.....	136

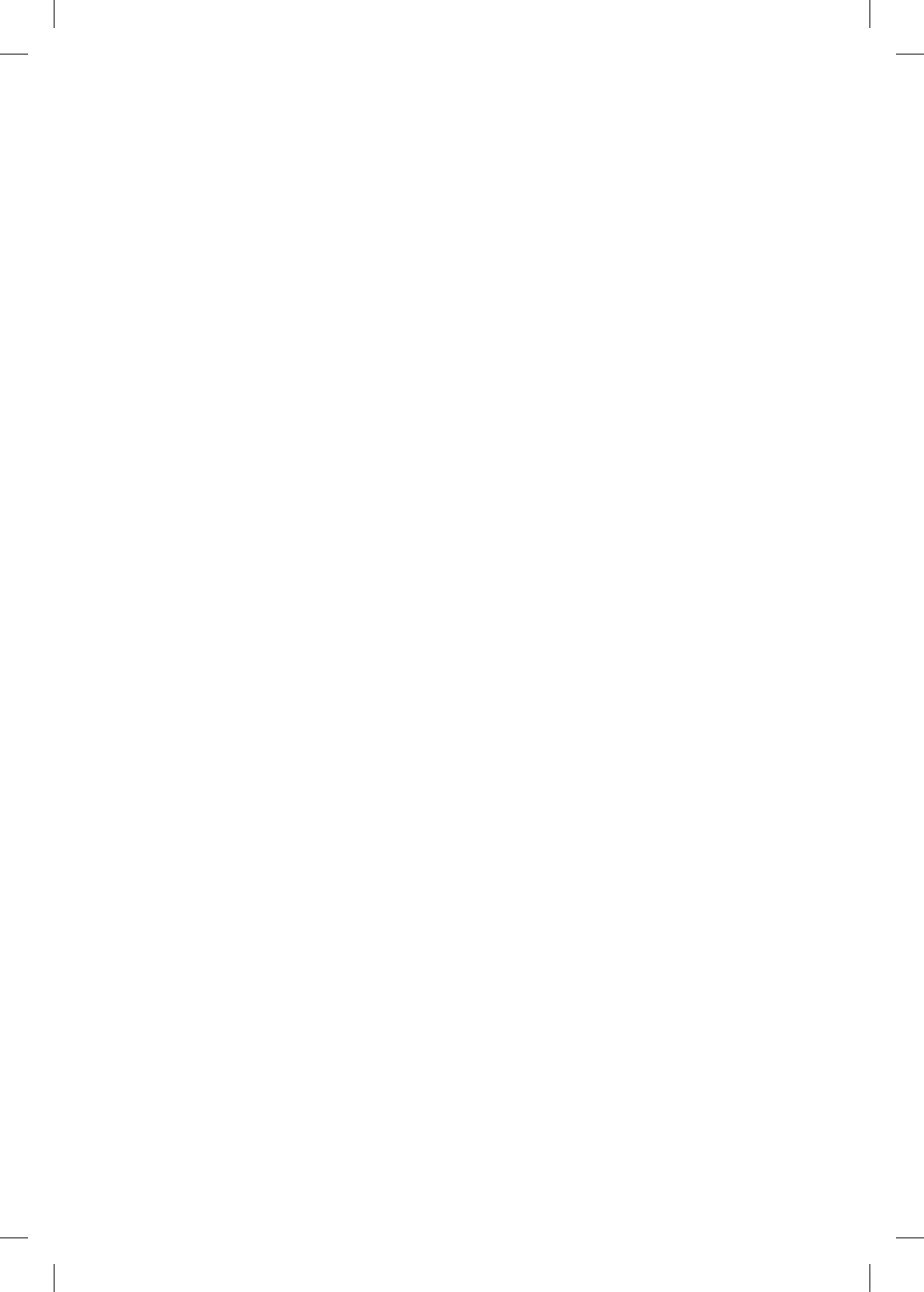
From a fickle past to a promising future.....	138
References	139
2. O Magreb, a África do Norte e o renascimento africano.....	140
3. Segunda década altruísta da África	142
4. O vício da África e o ex-presidente.....	144
5. Terrorismo que não vem da África nem do Oriente.....	146
6. Dilma, o atlantismo brasileiro e o Banco Mundial	148
Fontes e referências bibliográficas	151
Fontes Primárias	151
Bibliografia básica.....	152
Glossário.....	165



Lancei, no ano de 1987, meu primeiro livro. Intitulava-se *Formação da África Contemporânea* (São Paulo: Atual/Unicamp). Ao abrigo de seu primeiro capítulo estampava um conceito matriz: “Renascimento africano”.

O início do século XXI é o tempo do renascimento africano. E o Brasil atlântico voltou à África parceira.

Dedico esse balanço e as perspectivas das relações do Brasil com a África àqueles que, mesmo em tempos afônicos, acreditávamos que seria possível lançar uma relação altruísta com nossos vizinhos do Atlântico Sul.



África parceira e atlantismo brasileiro

A história do Atlântico Sul é processo de longa duração que vincula o Brasil a seus vizinhos ribeirinhos. Um único mundo, sem as divisões atuais do Atlântico Sul, compôs a era geológica africano-brasileira. Os caprichos da natureza, no tocar das placas tectônicas da Terra, separaram as margens atlânticas, deixando para trás rastros de continuidade.

A imagem geológica de cadeias montanhosas no Atlântico Sul, resquí-cios da quebra das duas geografias, já não mais separam as profundezas da riqueza do pré-sal, brasileiro e africano, no início do século XXI. As brisas que movem naus da cooperação do início do século fazem do Atlântico abaixo da linha do Equador, nos nossos dias, um mar interior. Esse mar interior, quase mediterrâneo como o de Fernand Braudel, é lugar de trocas humanas, valores, comércio, cooperação social e política de novos atores, além da diplomacia das novas coalizões no sistema das relações internacionais do Sul.

As 37 embaixadas e missões permanentes brasileiras na África no ano de 2011, quando tínhamos apenas 17 no início do século XXI, evidenciam, para o mundo, que o Brasil voltou à África. Vínculos múltiplos, de solidariedade e interesses, de valores e razões pragmáticas, das empresas e das sociedades civis, embalam nova quadra histórica das relações atlânticas ao sul da linha do Equador.

Tais vínculos, no entanto, não são tão novos. Desde a formação do mundo moderno, do século XVI ao XVIII, os dois lados do “mar tenebroso”, na linguagem das caravelas, foram envolvidos na lógica do comércio atlântico de escravos, mas também de bens diversos, política e ideias. A história profunda e densa, que ainda está viva na sobrevivência das identidades dos filhos da diáspora atlântica, sobrevive nos movimentos da cooperação ribeirinha que unem o Brasil à África em torno da cooperação Sul-Sul. O ziguezague da internacionalização de empresas brasileiras na África de hoje é um dos centros inéditos da nova face do Atlântico mediterrâneo que se forma.

Em Brasília, o que se vê são as 34 embaixadas e missões diplomáticas africanas, comunidade diplomática de causar inveja aos grandes polos de poder global. A África respondeu ao esforço do atlantismo brasileiro no início do século XXI.

O atlantismo brasileiro

Há um atlantismo brasileiro. Sua história ilumina os movimentos históricos e atuais da interação africano-brasileira. A África Atlântica – mais que a África do Norte, mediterrânea, ou a África Oriental, indochinesa – ocupou papel central na formação da sociedade e da economia do Brasil. A escravidão de africanos no Brasil, para a grande maioria dos historiadores brasileiros, foi o coração que fez pulsar a organização social da colônia portuguesa nos trópicos americanos e se tornou amálgama da sociedade colonial e uma das bases sociais desiguais da organização do Estado imperial no século XIX.

Há muito esses laços foram encerrados, mas outros foram criados. O fim do século XIX e a primeira parte do século XX foram de equidistância nas margens do Atlântico Sul. O silêncio imperou nos escassos contatos atlânticos em grande parte do século passado, que ficou calmo na ausência de ventos. A África curvou-se à colonização das metrópoles europeias enquanto o Brasil voltava-se para seus projetos domésticos, para o rio da Prata, para o gigante que se elevava na América do Norte. O Brasil, internamente, moveu-se para a modernização conservadora. A ideia de um desenvolvimento econômico que perpetuasse superar o chamado “problema negro”, deixado pelos séculos de escravidão, perseguiu as mentes das elites.

A África ficou na identidade e na hipocrisia histórica das elites. O Brasil inventou para si um lugar ambíguo para as Áfricas que ficaram no Brasil. A volubilidade de tais elites já foi contada nos romances de Machado de Assis, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. A contradição entre a escravidão e o liberalismo mental dos senhores de escravos foi ironizada nas peças do mulato Luís Gama. Na passagem do século XIX para o século XX, a obra intitulada *Os africanos no Brasil*, escrita por Nina Rodrigues, pioneiro em ver a África no Brasil, naturalizou o racismo e as teorias de “embranquecimento” do brasileiro.

Mas os defensores do “embranquecimento” teriam que enfrentar, décadas mais tarde, a construção original da escola sociológica de Recife. Mesmo em seu esquema culturalista, Gilberto Freyre percebeu a força da presença africana na formação social do Brasil. Apesar das críticas à sua obra, permanece sendo aquele que formulou um Brasil como parte do mundo atlântico no qual a África é substrato indelével.

O que ficou da África Atlântica no Brasil das primeiras décadas do século XXI? Muito ficou, mas outro tanto foi transformado e reconstruído nas fusões originais. O atlantismo foi transmutado pelo discurso culturalista.

Moveu-se da economia do tráfico de pessoas para a cultura afro-brasileira. Ao longo da segunda metade do século XX migrou para a geopolítica. Era o atlantismo de Golbery do Couto e Silva e sua concepção dos círculos concêntricos e do Atlântico Sul como uma ameaça comunista. Depois vieram os atlantismos da diplomacia e do comércio. Preside hoje o atlantismo da estratégia Sul-Sul das relações internacionais do Brasil, porém social e cooperativa.

No Brasil escamoteou-se, em parte da história nacional, o racismo. Mas renasce no início do século XXI a hipótese da afirmação de uma possibilidade de construção de uma utopia integradora, mas a reparar, ao mesmo tempo, as disjunções do racismo manso. Emerge um atlantismo de reparo da dívida histórica com a África.

Associou-se a África ao espírito aberto do brasileiro, ao olhar infinito ao Atlântico Sul, das costas longas de suas oportunidades. Também há um atlantismo herdado da miscigenação portuguesa anterior, enquanto os afro-brasileiros eram excluídos da modernidade. Alimentaram-se os sonhos de afirmação de um modelo social liberal, de iguais jurídicos, enquanto o negro foi sendo paulatinamente excluído do mercado de trabalho mais sofisticado. Idolatraram-se ídolos negros nos esportes enquanto inibiam-se as possibilidades de escolarização de grande parte da população negra nas periferias de grandes cidades afro-brasileiras.

Na geografia atlântica, o capricho da natureza foi sendo paulatinamente substituído pelo capricho dos homens. A África, antes alheia ao Brasil pela geografia do silêncio, foi também gradualmente afastada da vida escolar e política brasileira no século XX.

O país, dotado de uma das maiores populações de descendentes de africanos, estabeleceu outras prioridades em suas agendas interna e externa. Relações com os Estados Unidos, com a Europa e com a América Latina permitiram ampliar o leque de contatos internacionais do Brasil enquanto a África padecia do domínio colonial nas décadas da primeira metade do século passado. A memória africana foi gradualmente excluída da vida do brasileiro comum, independentemente da cor da pele. Ficara a África folclórica, não a da justiça social.

O sistema escolar brasileiro ajudou a cristalizar o afastamento atlântico. Congelando a África no terreno historiográfico da escravidão e reduzindo a presença da África na história do Brasil aos períodos da colônia e do Império, os livros didáticos tornaram-se afônicos. Sequer a revisão sociológica que tratou de estudar e criticar o lugar do negro no Brasil, empreendida pela escola sociológica de Florestan Fernandes, chegou ao texto didático. A África, em certa medida, permaneceu ocupando o velho lugar subalterno.

Novas razões justificam o lançamento do presente livro. Emanam da percepção de que há atlantismo brasileiro, distinto do mediterraneanismo europeu estudado por Fernand Braudel. Há em comum, entre o mar e o oceano do sul do Equador, um grande espaço histórico do ir e vir e de construção de identidades múltiplas. Esse espaço é o da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPACAS) e não o da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esse é o Atlântico ao sul do Equador e não o Atlântico do escudo atômico das potências americano-europeias.

O Atlântico Sul carrega patrimônio completo, ambíguo, mas rico no curso histórico profundo do qual emergiu o atlantismo brasileiro. O de hoje herda parte das teias de comunicação, valores e interesses que moveram as águas revoltas de ontem. Mas ligam, no século XXI, a cooperação ribeirinha, por sua vez ligada por aviões que voam de cidades brasileiras do litoral atlântico às cidades africanas da costa ocidental daquele continente. O signo é de solidariedade, não de guerra ou luta contra o terrorismo. É o que fazem os voos diários das capitais do nordeste brasileiro ao Cabo Verde e daí às grandes cidades da costa da África ocidental. Ou mesmo os voos diários do Rio de Janeiro a Luanda, ao ligar o Brasil a toda África Austral.

Demonstrar a lógica da interação do Brasil com a África, animada no século XXI pelo novo atlantismo, pleno de junções nas margens atlânticas, é o objeto deste livro. Do primeiro ao quinto capítulo preside a narrativa histórica bem como a análise do estado atual das relações internacionais entre as duas margens. As sínteses e os conceitos forjados pelo autor da presente obra são, em geral, positivas no que tange à nova quadra histórica das relações Brasil-África.

As perspectivas para o século que se abre estão em favor da África. O argumento central do livro é de que o Brasil reaviva a chama de seu atlantismo em outras bases, mais modernas, mais cooperativas, mais alinhadas ao compromisso com o desenvolvimento comum das duas margens do Atlântico Sul.

A África parceira

O segundo conceito desta obra é o de África parceira. Os capítulos 2 e 3 demonstram uma nova África que emerge. E os capítulos 4 e 5 ousam mostrar um Brasil global à busca da parceria africana.

Embora pareça esperançoso o conceito de parceria, a história confere um novo passo. Aquele que começa pela escravidão, mas se organiza

no patamar atual das relações Brasil-África: soberanas e cooperativas. O Brasil parece necessitar da África na mesma proporção que os africanos admiram as relações atlânticas com o lado de cá. A identidade mútua e as aspirações de autonomia decisória animam os movimentos das diplomacias e dos empresários. Mas também das sociedades civis organizadas. No mundo das coalizões do Sul, no sistema das relações internacionais do início do século XXI, há um novo lugar da África. E o Brasil tem a possibilidade de construir pontes no mar ribeirinho. Essa é a dimensão idealista das relações internacionais.

Mas há também uma área realista da história que pesa na longa duração. O período que vai do fim da escravidão no Brasil em fins dos anos 1880 à descolonização africana na segunda metade do século XX foi afônico. No entanto, mesmo essa fase baixa de interação direta no Atlântico Sul não impediu que ideias africanistas frutificassem do lado de cá. Esse ir e vir será avaliado no primeiro capítulo do presente livro.

Nem as relações Brasil-África transcorreram sem a fala dos mais fracos. Há outras histórias a serem contadas sobre a presença africana na vida brasileira. Essas histórias plasam a evolução recente das relações internacionais do Brasil. Olhares transatlânticos cruzaram o oceano desde os anos 1950 propiciando um gradual e discreto reinício do interesse pela África no Brasil.

Um conjunto de novas percepções dos dirigentes brasileiros, especialmente da diplomacia profissional e dos homens de negócio, no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, já demonstrou novas percepções acerca do lugar potencial de uma África parceira e não competitiva.

As razões eram tributárias da competição entre produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional e das relações especiais entre o Brasil e Portugal, diante da formulação da Comunidade Luso-Brasileira e das manifestações incipientes do intrincado processo de descolonização da África Portuguesa. Essa área de debate será particularmente explorada nos capítulos 1 e 5 da presente obra.

Mas como se formula essa noção de África parceira? No ambiente da descolonização africana. Aí já havia uma ideia do criar espaço para o agir do Brasil diante do relativo renascimento do continente africano no mundo contemporâneo. A África foi se incluindo lentamente como um ponto de manobra para interesses da inserção internacional do Brasil e sua afirmação no contexto do pós-guerra. Mas não se circunscreveu apenas a esse papel. Apareceu gradualmente uma noção de responsabilidade no Atlântico Sul, o que levaria aos conceitos de paz e cooperação, embora apenas consolidados em forma de iniciativa política nos anos 1980, quando da aprovação, na

ONU, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPACAS), construído da diplomacia africano-brasileira contra a bomba atômica da África do Sul do *apartheid* de então.

O conceito de África parceira também tem um ponto de partida histórico. O início da década de 1960 é chave para o reencontro do Brasil com a África. O presidente Quadros restaurou ideias do segundo governo de Vargas acerca da dimensão estratégica do relacionamento com a África. Quadros iniciou, de fato, a dimensão africana da política externa brasileira. A ruptura foi fundamental para a compreensão de um novo paradigma na relação entre brasileiros e africanos. A aproximação atlântica foi estabelecida.

A aproximação brasileira à África negra naqueles anos gerou resultados diferenciados, a animar o conceito de África parceira. O Brasil se mandou para a África naqueles anos. A reciprocidade africana levou a que Gana e Senegal criassem embaixadas no Brasil ainda em 1962. Germinava-se o mais importante núcleo de diplomatas africanos no país, o primeiro da América Latina. Esse núcleo era referido pelos diplomatas brasileiros como uma prova da natural afinidade que o Brasil tinha com o continente africano. Modernizava-se o atlantismo brasileiro com a agregação da África parceira no campo das demandas do desenvolvimento, como se veria na Política Externa Independente (PEI) do chanceler Araújo Castro.

Iniciativas cruzaram o Atlântico de um lado ao outro transformando as décadas que sucedem aqueles anos heroicos do início de 1960 em momento de reencontro entre brasileiros e africanos. Mas aqueles anos foram também marcados por ilusões forjadas no Brasil acerca da africanidade brasileira. Essa construção mostrou-se frágil e oblíqua.

O oblíquo se origina da vontade, por cima dos meios escassos e do saber improvisado, de projeção de uma imagem do Brasil na África que facilitasse os contatos comerciais, políticos e culturais. O presidente Quadros falava em “ponte”, “identidade cultural” e insistiu que o Brasil era o produto histórico de duas heranças, uma ocidental e outra africana.

A identidade com a África era apresentada como condição suficiente para uma nova relação especial entre os dois lados do Atlântico Sul. Essas características imaginárias na aproximação brasileira à África nos governos Jânio Quadros e João Goulart, e que seguiram o mesmo padrão de articulação discursiva nas décadas seguintes, são essenciais para a compreensão do relacionamento contemporâneo entre a África e o Brasil.

A fórmula adotada por Quadros foi sistematicamente desenvolvida nas mensagens políticas, econômicas e culturais do Brasil no seu relacionamento com a África. Ela enfatizava “familiaridade” e “história comum” entre os dois lados do Atlântico. Ironicamente, a presença dos retornados

afro-brasileiros e seus descendentes na costa ocidental da África (que haviam sido expatriados do Brasil para a África como fluxo contínuo desde as rebeliões urbanas na Bahia de 1835 até o início do presente século) foi utilizada como uma evidência da recíproca atração entre a África e o Brasil.

Um dos aspectos mais interessantes desse discurso culturalista, de base freyreana, elaborado pelos atores da política exterior do Brasil para a África, era a construção acrítica do estereótipo da espontânea generosidade africana. Os formuladores da política africana acreditavam na natural receptividade africana aos acenos brasileiros de solidariedade cultural e política.

A ideia de o Brasil possuir uma “natural vocação africana” foi certamente uma construção inicialmente arquitetada para o consumo africano. Entretanto, ela também teve alguma relevância para aproximar Quadros das difusas e desorganizadas comunidades afro-brasileiras. Se foi o primeiro e único presidente brasileiro a nomear um embaixador negro, Quadros também foi o primeiro a conferir a um negro (professor Milton Santos, emérito geógrafo da USP, falecido) a Casa Civil da Presidência da República. Esses aspectos serão abordados no capítulo 5 da presente obra.

Ao mesmo tempo, talvez não seja uma coincidência que o ministro das Relações Exteriores de Quadros, Afonso Arinos de Melo Franco, fosse um branco conhecido como o congressista que propôs a Lei número 1.390, aprovada pelo Congresso Nacional em 3 de julho de 1951. A lei, conhecida popularmente como Lei Afonso Arinos, proibia, pela primeira vez no Brasil, atos de discriminação racial e estabelecia penalidades para os infratores. Como ministro, Afonso Arinos sustentou que o Brasil tinha uma importante e positiva contribuição a oferecer às relações internacionais no que concerne aos temas raciais.

Mas houve contrações na nascente política africana do Brasil. O primeiro governo militar de Castello Branco reduziu a força original da formulação radicalmente anti-colonial da Política Externa Independente de Quadros e Goulart. Paradoxalmente, foi no primeiro governo militar que o primeiro chefe de Estado africano pisou o solo brasileiro. O grande evento da política africana do período Castello Branco foi a visita de Léopold Senghor ao Brasil seis meses depois do golpe de 1964. A visita oficial do mandatário senegalês, que durou de 19 a 25 de setembro, causou estranheza em circuitos mais conservadores do Estado.

Mas ela não teve nada de excepcional. Senghor havia sido convidado por João Goulart e aceitado o convite. E a visita de Senghor também se inscreveria na perspectiva geopolítica que passou a orientar parte da política exterior do Brasil para a África. O Senegal ocupava posição estratégica na teoria do “hemiciclo interior”, nas interpretações do General Golbery do Couto e Silva.

No atlantismo brasileiro dos geopolíticos brasileiros, Dacar era o outro lado do estreito que unia a África ocidental a Natal e Fortaleza, no nordeste brasileiro, áreas de ocupação prioritária desde a Segunda Guerra Mundial. A visita do primeiro presidente africano, autor da visão culturalista da negritude, propiciou a oportunidade para que os geopolíticos instalados no governo do Brasil construíssem pontes anticomunistas com o outro lado do Atlântico.

Os anos que se seguiram, especialmente depois de certo esforço de continuidade na política africana empreendida pelo Itamaraty em contexto interno difícil no final dos anos 1960 e parte da década de 1970, foram de retomada gradual dos interesses no continente africano. Os interesses, no entanto, moveram-se em demasia para a dimensão mercantil do relacionamento.

O pragmatismo político, a desideologização do relacionamento e os interesses na área comercial animaram o relacionamento com a África desde sua retomada nos anos 1970 até a década de 1980. O lugar da África para a política externa do Brasil foi, portanto, o de uma área de virtual interesse econômico e estratégico. Os novos movimentos tornaram o Atlântico cada vez mais mediterrâneo. A visita de presidentes africanos ao Brasil e o intercâmbio de diplomatas e empresários no Atlântico aproximaram a África do Brasil de forma incontestável. Proveu-se de consistência prática os discursos de aproximação gestados no início da década de 1960.

Um Atlântico pleno de riquezas e oportunidades

A vulnerabilidade energética do Brasil nos anos 1970 e parte da década de 1980 ocupou papel ponderável na reaproximação ao continente africano. As duas crises do petróleo, em 1973 e em 1979, aceleraram a busca de novas parcerias internacionais. E isso viria a explicar a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros atlânticos: Nigéria e Angola.

O continente africano passou a ser visto como uma área na qual o Brasil teria maior facilidade para obter alguma influência regional. Quando comparados aos países da América do Sul, onde o Brasil tinha controvérsias e rivalidades com a Argentina, bem como a desconfiança de países como Paraguai e Bolívia, os países africanos aparentemente ofereciam menos dificuldade para receberem a presença brasileira.

A distância de 1.600 milhas que separam as duas costas atlânticas, a africana e a do nordeste do Brasil, foi referida pelo terceiro presidente do

ciclo militar como a dos “caminhos fáceis do oceano”. Os “caminhos fáceis” passaram a ser descritos como corredores marítimos comerciais onde o baixo frete, condicionado pela pequena distância, poderiam ser protagonistas das ações de intercâmbio com o continente africano.

Os objetivos diplomáticos do Brasil na África foram, principalmente, o de projetar a imagem de um poder tropical e industrial, que um dia fora colônia, e o de convencer os Estados africanos de que as relações históricas do Brasil com Portugal, última metrópole colonial na África, não inibiriam o desenvolvimento de relações com os países da região. No plano bilateral, esses objetivos organizaram-se em torno de quatro grandes eixos: a assinatura de tratados de cooperação comercial e técnica; o aumento de rotas de comércio no Atlântico; a abertura de investimentos para projetos de desenvolvimento e a retomada do discurso culturalista do início dos anos 1960.

Os cruzamentos transatlânticos desenhados nas décadas de 1970 e 1980 voltaram-se para as possibilidades comerciais entre africanos e brasileiros. As relações econômicas do Brasil com a África não eram novas, mas haviam sido insignificantes quando comparadas com as demais áreas de intercâmbios brasileiros. Até o início dos anos 1970, a África representava apenas cerca de 2% dos intercâmbios comerciais brasileiros. Em meados da década de 1980, esse percentual já correspondia a cerca de 10% da balança comercial do país, e era superior ao comércio total com os vizinhos da América do Sul.

A determinação do Estado em desenvolver projetos econômicos para a África ocupou papel central na ativação dos fluxos atlânticos. Foi o tempo em que a economia se orientou para a exportação, demandando maior diversificação de parceiros no comércio internacional. Os esforços brasileiros para assegurar mercados consumidores encontravam restrições protecionistas impostas pelos países desenvolvidos. Daí a necessidade de se espriar nos mercados do Sul, incluindo a África.

Foi esse o contexto em torno do qual a importância econômica da África apareceu com mais nitidez para as companhias exportadoras brasileiras. Elas seguiram, em parte, sinalizações emitidas pelo Estado. A perspectiva da utilização de vantagens comparativas para maximizar as possibilidades de intercâmbio com regiões periféricas como a África, mas não apenas ela, era a passagem para a reinserção comercial do Brasil no então chamado Terceiro Mundo. A diplomacia, as agências do governo e as empresas estatais e privadas estiveram entrelaçadas nesse projeto comercial nas duas décadas referidas.

O resultado desse modelo de articulação dos interesses do Brasil na África produziu resultados como o estabelecimento de uma rede de acordos

bilaterais de comércio e da instalação das primeiras companhias brasileiras na África negra. A contrapartida africana foi a ampliação das suas representações diplomáticas e das missões comerciais ao Brasil para melhor conhecerem o modelo de desenvolvimento brasileiro e explorar as potencialidades. Cerca de quinze embaixadas africanas estavam em funcionamento em Brasília em 1974, enquanto o Brasil mantinha seis embaixadores acreditados em 16 países africanos.

Aqueles foram os anos dourados da política africana do Brasil no século XX. Ao traduzirem para a prática as formulações do início da década de 1960, os animadores do relacionamento Brasil-África das décadas de 1970 e 1980 criaram um espaço atlântico otimista e carregado de significado. Aos países da África Atlântica, que viviam relativa expansão advinda do *boom* do petróleo, convinha uma parceria comercial e estratégica no outro lado do Atlântico Sul com um país que oferecia tecnologia tropical adaptada às circunstâncias africanas. Ao Brasil, convinha a parceria comercial africana pelo acesso ao petróleo e aos mercados de consumo que se imaginava como sendo de alguma relevância.

Vários países africanos, como a Nigéria e o Gabão, não escondiam a oportunidade que poderia ser ativada em forma de parceria com o Brasil. A Nigéria, em certa medida, imaginava-se um Brasil na África, ao tentar, até pela via do regime de exceção, lá construir um modelo de desenvolvimento tropical assemelhado ao Brasil.

No plano político, o Brasil avançou, naqueles anos, em posições consideradas por setores da opinião pública no país como de relativa imprudência. Foi o caso do reconhecimento precoce do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola – como legítimo governo em Angola. Essa posição custaria ao Brasil reprimenda dos gabinetes de Washington e recriminação de alas mais conservadoras do regime militar no país. O reconhecimento do novo governo angolano em 1975 foi garantia de porta aberta em Angola para investimentos brasileiros. Alguns estão lá até hoje com seus supermercados, empreiteiras e firmas no setor de serviços.

Investimentos do Brasil estão em Angola, superando o contexto da terrível guerra civil que assolou o país desde a independência até parte dos anos 1990. Em paz, Angola está no movimento de internacionalização das empresas brasileiras. É local de acolhimento dos movimentos de empreiteiras brasileiras. Elas receberam, na última década, mais de R\$ 50 bilhões do BNDES, para agir em campo atlântico, sul-americano e árabe-persa. É essa a agenda do Brasil global na nova África.

A África no Atlântico mediterrâneo

Antes, porém, as relações do Brasil com a África nos anos 1990 foram de hiato e longa sonolência. Visão triste e desanimada voltou-se para o contexto atlântico. Depois de anos de ativa cooperação mútua e empreendimentos comuns, as rotas do relacionamento se transformaram em formas sem conteúdo. As declarações bem conhecidas do chanceler Lampreia, ao comentar a baixa prioridade da política africana do Itamaraty, no período mencionado, espantaram interesses pontuais brasileiros na África.

O comércio perdeu sua força na última década do século XX. Os percentuais da participação dos africanos na balança comercial do Brasil retornaram aos números anteriores à década de 1960. As relações políticas do Brasil com a África, quando comparadas ao surto integracionista na região platina da América, mostram claro declínio.

Razões de várias origens justificam esse olhar sonolento. Por um lado, a África marginalizou-se no sistema internacional. Dominada por difíceis transições para a vida democrática e descrédito dos centros de decisão econômica, as possibilidades de diálogo do continente africano com o mundo foram reduzidas. Quatro décadas depois do início das independências, o continente africano encontrava-se em crise profunda, de contornos manifestos, mas de explicação controversa.

Por outro lado, o Brasil enveredou-se por outros caminhos e prioridades. As novas prioridades levaram o país a encerrar o ciclo da grande participação no desenvolvimento africano. O processo decisório no Brasil deixou-se dominar pelo “afro-pessimismo” que perdurou naquela década como um emblema da impossibilidade de diálogo produtivo com um continente cada vez mais pobre e limitado em suas possibilidades de ativa participação na vida internacional da passagem do milênio.

Mas o nascer do século XXI foi profícuo para o renascimento da política africana do Brasil. É esse o caudal que anima a presente obra. E ajuda a entender o sentido dos capítulos 2, 3, 4 e 5 que se seguem. Há uma quadra histórica nova nas relações atlânticas, especialmente animadas pelo Estado, como ocorreu antes, nos anos dourados das relações africano-brasileiras, mas também por iniciativas no campo da economia política do Atlântico Sul. Para além dos voluntarismos do terceiro setor, em especial pelo voluntarismo de ONGs e grupos brasileiros interessados na dinâmica da elevação da cidadania africana. O Brasil, que se lança novamente para a África, reencontra um lugar que ainda não perdera de vez nas intrincadas relações internacionais do continente ribeirinho com as novas potências mundiais como a China e a Índia.

O Atlântico do sul vem se fazendo mediterrâneo. Ganhou força societária a própria relação do Brasil com o continente africano. O Brasil se lança novamente para a África. O país, no início do século XXI, vem utilizando novos conceitos. Por meio dos movimentos dinâmicos de sua política exterior e de uma pauta comercial de produtos diversificados e que evolui percentualmente para já representar cerca de 6% das suas trocas internacionais, o Brasil tem aproveitado possibilidades na brecha africana.

Aproveitar a dinâmica do renascimento africano e da autoconfiança que emerge do outro lado do Atlântico Sul para propor diálogo de interesses mútuos e valores abrangentes para a nova geografia política internacional é agenda convidativa para a fronteira atlântica do Brasil. Otimismo cauteloso deve guiar o Brasil.

Mas há sempre a chance, aqui como na África, de reverter-se velhas possibilidades não preenchidas por parcerias altruístas. Entre elas se destacam o desenvolvimento sustentável, os temas da agricultura para exportação e para as famílias que ainda vivem na geografia da fome, além do avanço cidadão e social na agenda internacional, bem como a esperança de uma África transformada positivamente ao final do século XXI.

As conclusões do livro exploram as novas brechas abertas para a noção de uma África parceira do Brasil. Anexos compõem-se de documentos publicados, pelo autor, no ano de 2011. As iniciativas do BIRD em promover as relações Brasil-África ficaram evidentes, na preparação, nesses dias, de um relatório estratégico voltado para economia política do Atlântico Sul. Ainda no final da obra, anexos animam o debate de assuntos mais correntes como o espírito de rebelião no norte da África desde o final de 2010 bem como o novo estigma da África como *locus* de formação escolar de terroristas. Incursões africanistas do ex-presidente Lula bem como a viagem oficial realizada pela presidente Dilma à África Austral em fins de 2011 são também analisadas nos anexos.